

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	8
DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	23

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	48
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	49
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	50

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.463.562.435
Preferenciais	0
Total	2.463.562.435
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	2.403.608	2.391.050
1.01	Ativo Circulante	590.853	618.386
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	353.032	544.238
1.01.02	Aplicações Financeiras	191.929	21.343
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	191.929	21.343
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	168.057	3.261
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	23.872	18.082
1.01.03	Contas a Receber	34.543	31.473
1.01.03.01	Clientes	34.540	31.209
1.01.03.01.01	Contas a Receber	34.540	31.209
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3	264
1.01.03.02.01	Contas a receber partes relacionadas	3	264
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.071	16.069
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.071	16.069
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	8.071	16.069
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.338	3.819
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.338	3.819
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.940	1.444
1.01.08.03	Outros	1.940	1.444
1.01.08.03.02	Outros Créditos	1.940	1.444
1.02	Ativo Não Circulante	1.812.755	1.772.664
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	184.172	185.043
1.02.01.04	Contas a Receber	3.753	3.550
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	3.753	3.550
1.02.01.07	Tributos Diferidos	143.284	143.284
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	143.284	143.284
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	5.176	5.466
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	31.959	32.743
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	18.174	17.708
1.02.01.10.05	Adiantamento a Fornecedor	13.785	15.035
1.02.03	Imobilizado	26.995	33.484
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.649	8.443
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	19.346	25.041
1.02.04	Intangível	1.601.588	1.554.137
1.02.04.01	Intangíveis	1.601.588	1.554.137
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.445.424	1.421.592
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	156.164	132.545

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	2.403.608	2.391.050
2.01	Passivo Circulante	188.845	267.647
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.643	9.794
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.643	9.794
2.01.02	Fornecedores	39.045	48.045
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	39.045	48.045
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	39.045	48.045
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.310	7.759
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.310	7.759
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	8.310	7.759
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	16.543	15.719
2.01.04.02	Debêntures	16.543	15.719
2.01.05	Outras Obrigações	42.133	47.141
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.219	4.420
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.219	4.420
2.01.05.02	Outros	37.914	42.721
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	15.909	14.770
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	2.563	9.247
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	1.664	1.621
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	17.778	17.083
2.01.06	Provisões	74.171	139.189
2.01.06.02	Outras Provisões	74.171	139.189
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	35.540	49.065
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	38.631	90.124
2.02	Passivo Não Circulante	1.283.837	1.214.308
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.071.477	1.039.152
2.02.01.02	Debêntures	1.071.477	1.039.152
2.02.01.02.01	Debêntures não Conversíveis em Ações	1.071.477	1.039.152
2.02.02	Outras Obrigações	127.454	127.082
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	117.736	111.985
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	117.736	111.985
2.02.02.02	Outros	9.718	15.097
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	6.040	5.026
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	3.678	10.071
2.02.04	Provisões	84.906	48.074
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.371	8.175
2.02.04.01.05	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	7.371	8.175
2.02.04.02	Outras Provisões	77.535	39.899
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	34.916	39.899
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	42.619	0
2.03	Patrimônio Líquido	930.926	909.095
2.03.01	Capital Social Realizado	1.733.585	1.733.585
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-802.659	-824.490

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	191.348	373.404	185.595	347.843
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	126.476	246.290	112.768	220.589
3.01.02	Receitas de serviços de construção	64.872	127.114	72.827	127.254
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-151.475	-298.074	-151.787	-277.020
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-86.603	-170.960	-78.960	-149.766
3.02.02	Custos dos Serviços de Construção	-64.872	-127.114	-72.827	-127.254
3.03	Resultado Bruto	39.873	75.330	33.808	70.823
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.433	-13.858	-7.439	-13.241
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.916	-14.777	-8.429	-15.361
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-7.916	-14.777	-8.429	-15.361
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	483	919	990	2.120
3.04.04.01	Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	483	919	990	2.120
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	32.440	61.472	26.369	57.582
3.06	Resultado Financeiro	-17.034	-39.641	-22.267	-49.348
3.06.01	Receitas Financeiras	13.792	33.205	17.148	38.377
3.06.01.01	Receitas Financeiras	13.792	33.205	17.148	38.377
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.826	-72.846	-39.415	-87.725
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-30.820	-72.840	-39.415	-87.725
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-6	-6	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.406	21.831	4.102	8.234
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.406	21.831	4.102	8.234
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	15.406	21.831	4.102	8.234
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0063	0,0089	0,0018	0,0036

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	15.406	21.831	4.102	8.234
4.03	Resultado Abrangente do Período	15.406	21.831	4.102	8.234

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 30/06/2024	Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	127.564	151.322
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	193.553	183.643
6.01.01.01	Lucro líquido do período	21.831	8.234
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	91.015	78.246
6.01.01.03	Perda estimada p/ créditos liquidação duvidosa-PECLD	392	174
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	70	27
6.01.01.05	Baixa de ativos por direito de uso	0	2.049
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-859	-1.211
6.01.01.10	Juros e variações monetárias líquidas sobre mútuos e debentures privadas	6.766	21.628
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de debêntures	58.419	62.234
6.01.01.14	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	1.028	1.663
6.01.01.15	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	2.517	2.862
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	45	165
6.01.01.17	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	12.329	7.572
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-65.989	-32.321
6.01.02.01	Contas a receber	-3.926	1.377
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	261	76
6.01.02.04	Despesas antecipadas	2.771	2.657
6.01.02.05	Impostos a recuperar	8.533	-5.661
6.01.02.06	Outros créditos	-496	-115
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-466	-47
6.01.02.09	Fornecedores	3.347	26.408
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-548	-24
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	125	173
6.01.02.12	Obrigações sociais	-1.151	-623
6.01.02.13	Obrigações fiscais	167	3.829
6.01.02.15	Credores pela concessão e taxa de fiscalização	43	51
6.01.02.16	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-3.366	-1.811
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-33.025	-29.715
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	1.444	1.129
6.01.02.19	Pagamento de juros	-33.018	-29.590
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-6.684	-435
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-309.639	-103.872
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	0	-93
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-139.377	-162.918
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-31.465	-57.501
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	25.999	22.236
6.02.10	Aplicação Financeira	-164.796	94.404
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.131	-11.862
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-9.131	-11.862
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-191.206	35.588
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	544.238	412.583

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	353.032	448.171

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.733.585	0	0	-824.490	0	909.095
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.733.585	0	0	-824.490	0	909.095
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.831	0	21.831
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.831	0	21.831
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.733.585	0	0	-802.659	0	930.926

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.513.585	0	0	-870.383	0	643.202
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.513.585	0	0	-870.383	0	643.202
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.234	0	8.234
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.234	0	8.234
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.513.585	0	0	-862.149	0	651.436

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2024 à 30/06/2024	01/01/2023 à 30/06/2023
7.01	Receitas	403.503	375.943
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	258.773	230.788
7.01.02	Outras Receitas	144.730	145.155
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	127.114	127.254
7.01.02.02	Outras	11.312	12.389
7.01.02.03	Juros Capitalizados	6.304	5.512
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-194.714	-187.424
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-25.622	-23.550
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.137	-11.064
7.02.04	Outros	-156.955	-152.810
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-127.114	-127.254
7.02.04.02	Custos da Concessão	-13.333	-12.905
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-12.329	-7.572
7.02.04.04	Outros	-4.179	-5.079
7.03	Valor Adicionado Bruto	208.789	188.519
7.04	Retenções	-91.015	-78.246
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-91.015	-78.246
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	117.774	110.273
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	33.199	38.377
7.06.02	Receitas Financeiras	33.205	38.377
7.06.03	Outros	-6	0
7.06.03.04	Outros	-6	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	150.973	148.650
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	150.973	148.650
7.08.01	Pessoal	27.191	26.787
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.265	20.042
7.08.01.02	Benefícios	5.641	5.466
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.285	1.279
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.886	20.456
7.08.02.01	Federais	9.922	8.890
7.08.02.02	Estaduais	2	0
7.08.02.03	Municipais	12.962	11.566
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	72.299	71.545
7.08.03.01	Juros	58.419	62.234
7.08.03.02	Aluguéis	21	31
7.08.03.03	Outras	13.859	9.280
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debêntures	6.304	5.512
7.08.03.03.04	Outras Despesas financeiras	7.555	3.768
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	21.831	8.234
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	21.831	8.234
7.08.05	Outros	6.766	21.628
7.08.05.01	Juros - Debêntures privadas e Mútuos	6.766	21.628

Comentário do Desempenho



Release de Resultados 2T24

Comentário do Desempenho



Pouso Alegre, 09 de agosto de 2024 – A Autopista Fernão Dias S.A. (“Companhia”) divulga seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2024 (“2T24”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em milhares de reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais, não foram revisados pelos auditores independentes.

Em observância às disposições constantes na Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2024.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 2T24

Tráfego Pedagiado

Total de **45,8 milhões de veículos equivalente**, um avanço de **8,7%**. O *mix* de veículos equivalentes foi de 72,7% do tráfego representado por veículos comerciais e 27,3% por veículos de passeio. É importante ressaltar que a Companhia registrou um valor recorde de tráfego desde o início de sua administração da rodovia.

Receita de Pedágio

R\$ 133,0 milhões no 2T24, com um crescimento de 12,6%, por meio dos reajustes tarifários e do incremento de tráfego apresentado pela concessionária.

EBITDA Ajustado e Margem

O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 84,9 milhões**, acréscimo de **16,0%**, com uma margem de **67,1%**, evolução de **2,2** pontos percentuais.

Comentário do Desempenho



RESULTADO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	2T24	2T23	Δ%	1S24	1S23	Δ%
Total	45.843	42.161	8,7%	89.216	83.488	6,9%
Leves	12.502	12.465	0,3%	25.808	25.146	2,6%
Pesados	33.341	29.696	12,3%	63.408	58.341	8,7%

O tráfego pedagiado registrado pela Autopista Fernão Dias foi de 45,8 milhões veículos equivalentes no 2T24, aumento de 8,7% comparado ao mesmo período no ano anterior. O *mix* de veículos foi de 72,7% para os pesados e 27,3% para os leves. Vale ressaltar, também, que a Companhia registrou um tráfego recorde para um trimestre isolado, desde o início da concessão da Companhia. O aumento considerável no tráfego, com destaque para os veículos pesados (+12,3%) se deu pela crescente no setor industrial, com destaque para os produtos de minério e seus derivados, escoados pelo trecho explorado pela Companhia.

No comparativo do primeiro semestre, a companhia registrou um aumento de 6,9%, passando de 83,5 milhões de veículos equivalentes em 2023 para 89,2 milhões em 2024.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veíc. Equiv.)	2T24	2T23	Δ%	1S24	1S23	Δ%
Tarifa Média	2,90	2,80	3,6%	2,90	2,76	4,9%

A Companhia registrou uma tarifa média, no 2T24, de R\$ 2,90, aumento de 3,6% em comparação ao segundo trimestre do ano anterior. Essa variação decorre dos reajustes tarifários de reequilíbrio contratual aprovados pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Em relação ao comparativo acumulado no semestre, o valor de tarifa apresentada em 2024 foi de R\$ 2,90 frente ao valor de 2,76 do primeiro semestre de 2023, crescimento de 4,6%.

A data-base dos reajustes tarifários da concessionária Autopista Fernão Dias é o mês de dezembro do respectivo ano.

RESULTADO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	2T24	2T23	Δ%	1S24	1S23	Δ%
Receita Bruta	203.083	196.052	3,6%	396.258	368.283	7,6%
Receitas de pedágio	132.969	118.080	12,6%	258.773	230.788	12,1%
Receitas de Construção	64.872	72.827	(10,9%)	127.114	127.254	(0,1%)
Outras Receitas	5.242	5.145	1,9%	10.371	10.241	1,3%
Deduções	(11.735)	(10.457)	12,2%	(22.854)	(20.440)	11,8%
Receita Operacional Líquida	191.348	185.595	3,1%	373.404	347.843	7,3%
Receita Líquida Ajustada¹	126.476	112.768	12,2%	500.518	475.097	5,4%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

A Receita de pedágio contabilizada pela Companhia no 2T24 foi de R\$ 133,0 milhões, um crescimento de 12,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi impulsionado, predominantemente, pelo crescimento do tráfego pedagiado.

Nos primeiros seis meses de 2024, a receita de pedágio contabilizada foi de R\$ 258,8 milhões, aumento de 12,1% em comparação ao primeiro semestre de 2023.

Receitas de Construção

No comparativo trimestral, o valor registrado para o segundo trimestre de 2024 foi de R\$ 64,9 milhões, uma queda percentual de 10,9% no comparativo dos períodos. Essa linha da receita é uma representação contábil e não possui efeito caixa para a Companhia.

Em relação ao comparativo acumulado no semestre, o valor contabilizado em 2024 foi de R\$ 127,1 milhões, saldo similar ao registrado no ano de 2023.

Outras Receitas

As receitas acessórias da Autopista Fernão Dias apresentaram um saldo de R\$ 5,2 milhões no 2T24, variação percentual de 1,9% comparado ao mesmo período do ano anterior.

Nos seis primeiros meses de 2024, a conta de outras receitas apresentou um saldo de R\$ 10,4 milhões, aumento de 1,3% em relação ao 1S23.

Comentário do Desempenho



CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	2T24	2T23	Δ%	1S24	1S23	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(41.549)	(39.536)	5,1%	(81.474)	(77.189)	5,6%
Pessoal	(14.461)	(13.020)	11,1%	(27.189)	(26.786)	1,5%
Conservação	(4.741)	(4.668)	1,6%	(9.326)	(8.250)	13,0%
Serviços de terceiros	(8.964)	(8.201)	9,3%	(17.751)	(16.712)	6,2%
Seguros e garantias	(1.561)	(1.442)	8,3%	(3.118)	(2.917)	6,9%
Verba de fiscalização	(4.994)	(4.770)	4,7%	(9.987)	(9.540)	4,7%
Custos com Poder Concedente	0	0	-	0	0	0,0%
Outros	(6.828)	(7.435)	(8,2%)	(14.103)	(12.984)	8,6%
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(117.359)	(119.690)	(1,9%)	(230.458)	(213.072)	8,2%
Custo dos serviços de construção	(64.872)	(72.827)	(10,9%)	(127.114)	(127.254)	(0,1%)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(6.371)	(7.146)	(10,8%)	(12.329)	(7.572)	62,8%
Depreciação e Amortização	(46.116)	(39.717)	16,1%	(91.015)	(78.246)	16,3%
Custos e Despesas Operacionais	(158.908)	(159.226)	(0,2%)	(311.932)	(290.261)	7,5%

Os custos e despesas operacionais que possuem efeito caixa totalizaram R\$ 41,5 milhões no 2T24, aumento de 5,1% em relação ao valor registrado no segundo trimestre de 2023. A elevação dos custos se dá, principalmente, pela linha de despesas com o pessoal, que contemplam salários, benefícios e encargos dos colaboradores da Companhia. No comparativo semestral, houve um aumento de 5,6% dos custos e despesas, passando de R\$77,2 milhões para R\$ 81,5 milhões.

Em relação aos custos e despesas não caixa, nota-se uma variação negativa de 1,9%, totalizando R\$ 117,4 milhões no 2T24, movimento em linha no comparativo dos trimestres. Com relação aos seis primeiros meses de 2024, houve um aumento de 8,2% comparado ao mesmo período no mês anterior.

Os custos e despesas totais contabilizaram R\$ 158,9 milhões, com uma queda de 0,2% em relação ao 2T23. No comparativo semestral, houve um aumento de 7,5% dos custos e despesas, passando de R\$311,9 milhões para R\$ 290,3 milhões.

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	2T24	2T23	Δ%	1S24	1S23	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	15.406	4.102	275,6%	21.831	8.234	165,1%
(+) Depreciação e Amortização	46.116	39.717	16,1%	91.015	78.246	16,3%
(+) Resultado Financeiro	17.034	22.267	(23,5%)	0	0	0,0%
(+) IR e CSLL	0	0	-	0	0	0,0%
EBITDA¹	78.556	66.086	18,9%	112.846	86.480	30,5%
<i>Margem EBITDA²</i>	<i>62,1%</i>	<i>58,6%</i>	<i>3,5%</i>	<i>45,8%</i>	<i>39,2%</i>	<i>6,6%</i>
(+) Provisão para Manut. De Rodovias	6.371	7.146	-10,8%	12.329	7.572	62,8%
EBITDA Ajustado³	84.927	73.232	16,0%	125.175	94.052	33,1%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>67,1%</i>	<i>64,9%</i>	<i>2,2%</i>	<i>50,8%</i>	<i>42,6%</i>	<i>8,2%</i>

1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

A Autopista Fernão Dias registrou um EBITDA Ajustado de R\$ 84,9 milhões no 2T24, um crescimento de 16,0% em relação mesmo período do ano anterior, com uma margem de 67,1%, com melhora de 2,2 p.p. O avanço da receita de pedágio, impulsionada por um melhor desempenho operacional entre períodos justificam o crescimento da métrica. O cálculo desse indicador desconsidera o efeito da provisão para manutenção de rodovias e a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo, sendo considerado pela Companhia como a melhor métrica de representação do seu caixa e de suas subsidiárias.

Com relação ao acumulado do ano de 2024, o valor contabilizado foi de R\$ 125,2 milhões, aumento de 33,1% em relação ao 1S23.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	2T24	2T23	Δ%	1S24	1S23	Δ%
Depreciação e Amortização	46.116	39.717	16,1%	91.015	78.246	16,3%

A conta de depreciação e amortização da Companhia somou R\$ 46,1 milhões no período, um aumento percentual de 16,1% em relação ao 2T23. No comparativo semestral, houve um aumento de 16,3% da linha de depreciação e amortização, passando de R\$ 91,0 milhões para R\$ 78,2 milhões.

Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	2T24	2T23	Δ%	1S24	1S23	Δ%
Resultado Financeiro	(17.034)	(22.267)	(23,5%)	(39.641)	(49.348)	(19,7%)
Receitas financeiras	13.792	17.148	(19,6%)	33.205	38.377	(13,5%)
Despesas financeiras	(30.820)	(39.415)	(21,8%)	(72.840)	(87.725)	(17,0%)
Variação cambial, líq.	(6)	0	-	(6)	0	0,0%

As receitas financeiras da Companhia sofreram uma redução de 19,6%, devido a uma posição de caixa menor ao longo dos trimestres comparáveis. As despesas financeiras também tiveram uma diminuição de 21,8%.

Por fim, tem-se que resultado financeiro da Autopista Fernão Dias foi de uma despesa financeira de R\$ 17,0 milhões no segundo trimestre de 2024, uma queda de 23,5% em relação ao 2T23.

No acumulado dos seis primeiros meses de 2024, a Companhia também apresentou uma despesa financeira de R\$ 39,6 milhões, diminuição de 19,7% em relação ao mesmo período no ano anterior.

IR e CSLL

R\$ mil	2T24	2T23	Δ%	1S24	1S23	Δ%
IR e CSLL	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Corrente	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Diferido	0	0	-	0	0	0,0%

A Companhia informa que não houve impostos no segundo trimestre de 2024 e de 2023, tendo em vista o resultado apresentado pela Fernão Dias e compensação de impostos realizada por ela.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	2T24	2T23	Δ%	1S24	1S23	Δ%
Resultado Líquido	15.406	4.102	275,6%	21.831	8.234	165,1%

O Resultado Líquido registrado pela Companhia no 2T24 foi de um lucro líquido de de R\$ 15,4 milhões, um crescimento de 275,6% ou R\$ 11,3 milhões em relação ao 2T23. O crescimento do resultado positivo se dá, principalmente, pelo aumento recorde de tráfego da Companhia e aumento da tarifa em comparação ao 2T23, resultando em um aumento da receita operacional, além do controle de despesas realizados pela Companhia.

No acumulado dos seis primeiros meses, o resultado apresentado foi de R\$21,8 milhões, que corresponde a um aumento percentual de 165,1% comparado ao primeiro semestre de 2023.

Comentário do Desempenho



ENDIVIDAMENTO

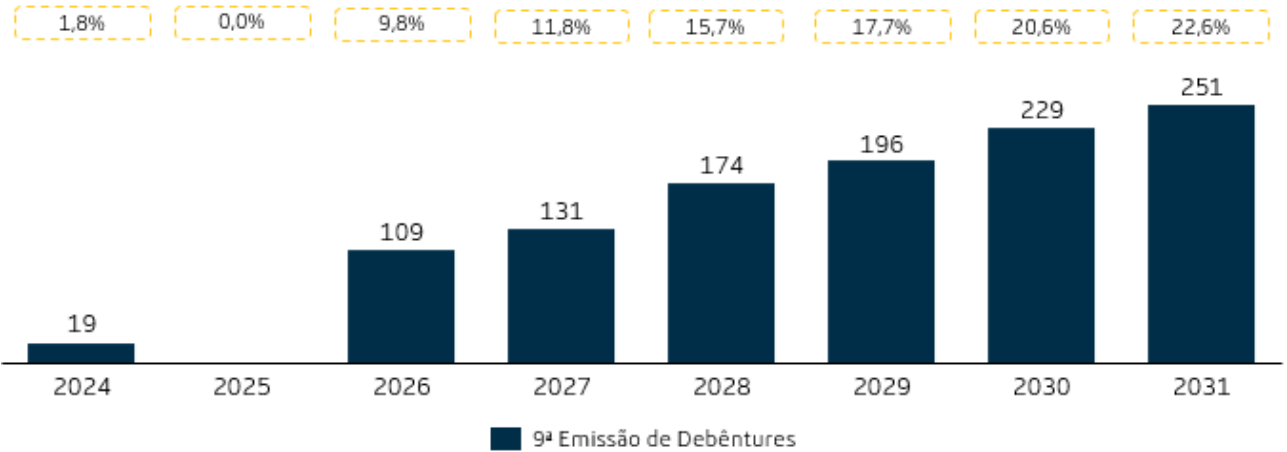
R\$ mil	2T24	1T24	Δ%
Dívida Bruta	1.088.020	1.061.216	2,5%
Curto Prazo	16.543	(505)	3375,8%
Longo Prazo	1.071.477	1.061.721	0,9%
Posição de Caixa	544.961	524.679	3,9%
Caixa e equivalentes de caixa	521.089	518.312	0,5%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	23.872	6.367	274,9%
Dívida Líquida	543.059	536.537	1,2%

1: Curto e Longo Prazo

Em 30 de junho de 2024, a dívida bruta consolidada da Autopista Fernão Dias totalizou R\$ 1.088,0 milhões, uma variação de 2,5% em relação ao valor registrado no fim do 1T24. Vale ressaltar que a dívida da Companhia está atrelada ao IPCA, portanto, a variação nominal está atrelada a esse indicador.

A dívida líquida da Companhia finalizou o trimestre em um montante de R\$ 543,1 milhões, uma evolução de 1,2% em relação ao final do trimestre anterior. Esse aumento ocorre devido do crescimento da dívida bruta.

Aging da Dívida – junho de 2024



Ao final do segundo trimestre de 2024, 100% da dívida total da Companhia estava atrelada à Emissão de Debêntures, com o total da dívida atrelada ao indicador IPCA.

Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	2T24	2T23	Δ%	1S24	1S23	Δ%
Investimentos	82.750	82.973	(0,3%)	139.377	134.351	3,7%

No 2T24, a Autopista Fernão Dias realizou investimentos no total de R\$ 82,8 milhões, diminuição percentual de 0,3%, em linha com o 2T23. Como destaque, temos a execução de obras da Terceira Faixa BR-381/SP, elaboração de projetos e manutenção de pavimento.

Para o acumulado do primeiro semestre, o valor contabilizado pela Companhia em relação aos investimentos foi de R\$ 139,4 milhões, aumento de 3,7% comparado aos seis primeiros meses acumulados de 2023.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2024 a 204
Melhorias na Infraestrutura	1.290.725
Recuperações/Manutenções	349.457
Total	1.640.182

*Base Monetária: junho/2024

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n.º 381/03, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de março de 2024, não contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Autopista Fernão Dias S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 30 de junho de 2024.

Pouso Alegre, 09 de agosto de 2024.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Ricardo Luís da Silva
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

André Giavina Bianchi
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Comentário do Desempenho

arteris

Fernão Dias

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PERÍODO

R\$ Mil	2T24	2T23	Δ%	6M24	6M23	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	203.083	196.052	3,6%	396.258	368.283	7,6%
Receitas de pedágio	132.969	118.080	12,6%	258.773	230.788	12,1%
Receitas de obras	64.872	72.827	-10,9%	127.114	127.254	-0,1%
Outras Receitas	5.242	5.145	1,9%	10.371	10.241	1,3%
	-	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	(11.735)	(10.457)	12,2%	(22.854)	(20.440)	11,8%
	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	191.348	185.595	3,1%	373.404	347.843	7,3%
	-	-	-	-	-	-
CUSTOS E DESPESAS	(112.792)	(119.509)	-5,6%	(220.917)	(212.015)	4,2%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(34.562)	(32.305)	7,0%	(68.501)	(64.405)	6,4%
Custo dos serv. de construção	(64.872)	(72.827)	-10,9%	(127.114)	(127.254)	-0,1%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(7.470)	(8.221)	-9,1%	(13.892)	(14.904)	-6,8%
Remuneração da administração	0	0	-	0	0	-
Despesas tributárias	0	0	-	0	0	-
Provisão para manutenção em rodovias	(6.371)	(7.146)	-10,8%	(12.329)	(7.572)	62,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	483	990	-51,2%	919	2.120	-56,7%
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	0	0	-	0	0	-
	-	-	-	-	-	-
EBITDA	78.556	66.086	18,9%	152.487	135.828	12,3%
Margem EBITDA	62%	59%	6%	62%	62%	1%
	-	-	-	-	-	-
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(46.116)	(39.717)	16,1%	(91.015)	(78.246)	16,3%
	-	-	-	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(17.034)	(22.267)	-23,5%	(39.641)	(49.348)	-19,7%
Receitas financeiras	13.792	17.148	-19,6%	33.205	38.377	-13,5%
Despesas financeiras	(30.820)	(39.415)	-21,8%	(72.840)	(87.725)	-17,0%
Atualização monetária - excedente tarifário	(6)	0	-	(6)	0	-
	-	-	-	-	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	15.406	4.102	275,6%	21.831	8.234	165,1%
	-	-	-	-	-	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0	0	-	0	0	-
Corrente	0	0	-	0	0	-
Diferido	0	0	-	0	0	-
	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	15.406	4.102	275,6%	21.831	8.234	165,1%

Comentário do Desempenho

ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil	30/06/2024	31/12/2023	Δ%
ATIVO	2.403.608	2.391.050	0,5%
CIRCULANTE	590.853	618.386	-4,5%
Caixa e equivalentes de caixa	353.032	544.238	-35,1%
Aplicações Financeiras	168.057	3.261	5053,5%
Contas a receber	34.540	31.209	10,7%
Contas a receber - partes relacionadas	3	264	-98,9%
Despesas antecipadas	1.338	3.819	-65,0%
Impostos a recuperar	8.071	16.069	-49,8%
Aplicações financeiras vinculadas	23.872	18.082	32,0%
Outros créditos	1.940	1.444	34,3%
NÃO CIRCULANTE	1.812.755	1.772.664	2,3%
Adiantamento a fornecedor	13.785	15.035	-8,3%
Despesas antecipadas	5.176	5.466	-5,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	143.284	143.284	0,0%
Depósitos judiciais	18.174	17.708	2,6%
Outras contas a receber	3.753	3.550	5,7%
Direito de uso (IFRS 16)	19.346	25.041	-22,7%
Imobilizado	7.649	8.443	-9,4%
Intangível	1.601.588	1.554.137	3,1%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.403.608	2.391.050	0,5%
CIRCULANTE	188.845	267.647	-29,4%
Debêntures	16.543	15.719	5,2%
Fornecedores	39.045	48.045	-18,7%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	17.778	17.083	4,1%
Obrigações sociais	8.643	9.794	-11,8%
Obrigações fiscais	8.310	7.759	7,1%
Contar a pagar - partes relacionadas	4.219	4.420	-4,5%
Cauções contratuais	15.909	14.770	7,7%
Taxa de fiscalização	1.664	1.621	2,7%
Provisão para manutenção em rodovias	35.540	49.065	-27,6%
Provisão para investimentos em rodovias	38.631	90.124	-57,1%
Outras contas a pagar	2.563	9.247	-72,3%
NÃO CIRCULANTE	1.283.837	1.214.308	5,7%
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	117.736	111.985	5,1%
Debêntures	1.071.477	1.039.152	3,1%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	3.678	10.071	-63,5%
Obrigações fiscais	6.040	5.026	20,2%
Provisão para manutenção em rodovias	34.916	39.899	-12,5%
Provisão para investimentos em rodovias	42.619	0	-
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	7.371	8.175	-9,8%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	930.926	909.095	2,4%
Capital social	1.733.585	1.733.585	0,0%
Reserva legal	(824.490)	(870.383)	-5,3%
Reserva de lucros	21.831	45.893	-52,4%

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Informações contábeis intermediárias referente
ao período findo em 30 de junho de 2024 e
relatório do auditor independente

Notas Explicativas

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), situada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade que tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 15 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, (ii) a Brookfield Aylesbury-LLC, e a (iii) *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Com o aumento dos custos na construção civil, e o crescimento econômico do país não vem acompanhando esse crescimento nas mesmas proporções, gerou uma situação de desequilíbrio.

Como consequência, uma vez que a Sociedade segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro do complemento da provisão para desvalorização de ativos. Essa provisão no montante de R\$16.656 (efeito não caixa) foi reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, registrada no resultado da Sociedade sob a rubrica “Provisão para Redução ao Valor Recuperável” em contrapartida ao saldo do ativo intangível. Para o período findo em 30 de junho de 2024 a Sociedade avaliou e concluiu que não houve necessidade de complemento da provisão já reconhecida. A Sociedade realizará novo teste de *impairment* até o encerramento do exercício de 2024, ou caso ocorra algum indicativo de desvalorização de seus ativos.

Termos de Ajustes de Conduta - TAC com ANTT

A Sociedade informa que está em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta - “TAC”, a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante proposta de execução de obras não previstas no contrato de concessão. Mas, segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento até que o TAC seja assinado. Até a data da presente divulgação não houve formalização de nenhum termo entre as partes.

A Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2024. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade espera que possam ser reconhecidos nas informações contábeis intermediárias futuras.

A Sociedade segue avaliando esse tema e, manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema.

No trimestre de 01 de abril de 2024 a 30 de junho de 2024 (“trimestre”), e no período de 01 de janeiro de 2024 a 30 de junho de 2024 (“período”), não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Notas Explicativas

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As emissões das informações contábeis intermediárias foram autorizadas pela Diretoria em 08 de agosto de 2024.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

Alterações ao CPC 26 referentes a classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants* e alterações ao CPC 26 e CPC 40 referentes a acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2024.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	30.06.2024	31.12.2023
Caixa e contas bancárias	4.301	11.502
Aplicações financeiras (a)	348.731	532.736
Total	353.032	544.238
<u>Aplicações financeiras</u>	30.06.2024	31.12.2023
Fundos de investimentos (b)	168.057	3.261
Total	168.057	3.261

(a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,71% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,26% a.a. em 31 de dezembro de 2023). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Notas Explicativas

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	30.06.2024		31.12.2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	30.805	-	26.466	-
Cupons de pedágio a receber (a)	505	-	433	-
Cartões de pedágio a receber (b)	535	-	328	-
Receitas acessórias a receber (c)	3.086	3.753	4.247	3.550
Outras receitas a receber	1	-	1	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa-PECLD (d)	(392)	-	(266)	-
Total	34.540	3.753	31.209	3.550

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio.

(b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões vale-pedágio.

(c) Valores a receber receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos e receitas acessórias judicializados.

(d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

Cronograma de recebimento:

	30.06.2024		31.12.2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	33.156	3.753	31.443	3.550
Créditos vencidos até 60 dias	777	-	20	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	42	-	2	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	95	-	10	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	862	-	-	-
Total	34.932	3.753	31.475	3.550

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) analisa individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023 é como segue:

	30.06.2024		30.06.2023	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.406	21.831	4.102	8.234
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(5.238)	(7.423)	(1.395)	(2.800)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	(10)	249	(83)	(205)
Total	(5.248)	(7.174)	(1.478)	(3.005)
Impostos diferidos não constituídos	(5.248)	(7.174)	(1.478)	(3.005)
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>				
Correntes	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-
	-	-	-	-
Alíquota efetiva de impostos	0%	0%	0%	0%

Notas Explicativas

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido	
	ativo	
	30.06.2024	31.12.2023
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	563.261	545.211
Provisão de participação nos lucros	1.672	3.369
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	7.371	8.175
Outras provisões	530	3.520
Provisão para manutenção de rodovias	70.456	88.964
Amortização acumulada de obras futuras	38.801	36.135
Arrendamentos	2.110	2.113
Ajuste ao valor recuperável de intangível - <i>Impairment</i>	303.196	320.688
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa-PECLD	392	266
Estorno de capitalização de juros	587	587
Amortização estorno de capitalização de juros	(307)	(291)
Base de cálculo diferenças temporárias	988.069	1.008.737
Alíquota nominal	34%	34%
Total	335.943	342.971
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	4.281	6.819
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(76.678)	(76.678)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	40.097	37.989
Base de cálculo diferenças temporárias	(32.300)	(31.870)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(10.982)	(10.836)
Total do imposto de renda e contribuição social	324.961	332.135
Impostos diferidos não constituídos	181.677	188.851
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	143.284	143.284

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes - EBT*).

(b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Movimentos de resultados representados por:

Notas Explicativas

	30.06.2024		30.06.2023	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo fiscal e base negativa	865	18.050	6.926	26.835
Provisão de participação nos lucros	(2.266)	(1.697)	(2.651)	(1.806)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(1.108)	(804)	1.361	1.216
Outras provisões	(998)	(2.991)	337	(2.187)
Provisão para manutenção de rodovias	(6.695)	(18.508)	(6.141)	(19.164)
Amortização acumulada de obras futuras	1.244	2.666	1.422	2.671
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	1.253	(2.538)	1.344	(2.425)
Arrendamentos	(4)	(3)	208	339
Ajuste ao valor recuperável de intangível - <i>Impairment</i>	(8.746)	(17.492)	(8.292)	(16.584)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa-PECLD	(26)	126	92	174
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	1.054	2.108	1.055	2.110
Amortização estorno de capitalização de juros	(8)	(16)	(8)	(16)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	(15.435)	(21.099)	(4.347)	(8.837)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	(5.248)	(7.174)	(1.478)	(3.005)
Impostos diferidos não constituídos (*)	(5.248)	(7.174)	(1.478)	(3.005)
Total do imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

(*) Imposto não constituído em razão de não haver evidência de recuperabilidade.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/6 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 30 de junho de 2024 o saldo é de R\$23.872 (R\$18.082 em 31 de dezembro de 2023), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 107,97% a.a. (97,75% a.a. em 31 de dezembro de 2023) da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2023	21.273	3.550	1.348	30.627	62	394	57.254
Remensurações	-	-	216	141	12	-	369
Adições	-	-	-	3.478	-	-	3.478
Baixas	-	-	-	(3.887)	-	-	(3.887)
Saldo em 30.06.2024	21.273	3.550	1.564	30.359	74	394	57.214
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2023	(12.663)	(2.318)	(1.185)	(15.736)	(51)	(260)	(32.213)
Amortização	(2.246)	(616)	(195)	(6.436)	(16)	(33)	(9.542)
Baixas	-	-	-	3.887	-	-	3.887
Saldo em 30.06.2024	(14.909)	(2.934)	(1.380)	(18.285)	(67)	(293)	(37.868)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2023	8.610	1.232	163	14.891	11	134	25.041
Saldo em 30.06.2024	6.364	616	184	12.074	7	101	19.346
Taxas de amortização - a.a.	21%	35%	25%	38%	43%	17%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2022	20.372	3.291	577	13.076	62	281	37.659
Remensurações	900	260	(200)	157	-	(4)	1.113
Adições	-	-	-	3.887	-	-	3.887
Baixas	-	-	-	(4.284)	-	-	(4.284)
Saldo em 30.06.2023	21.272	3.551	377	12.836	62	277	38.375
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2022	(8.226)	(1.097)	(217)	(5.051)	(17)	(203)	(14.811)
Amortização	(2.190)	(605)	(108)	(6.487)	(17)	(27)	(9.434)
Baixas	-	-	-	2.235	-	-	2.235
Saldo em 30.06.2023	(10.416)	(1.702)	(325)	(9.303)	(34)	(230)	(22.010)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2022	12.146	2.194	360	8.025	45	78	22.848
Saldo em 30.06.2023	10.856	1.849	52	3.533	28	47	16.365
Taxas de amortização - a.a.	21%	36%	33%	43%	0%	15%	

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.

(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.

(c) Refere-se a locação de veículos administrativos.

(d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.

(e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.

(f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2023	2.907	6.536	3.651	5.083	18.177
Transferências/reclassificações (*)	4	162	-	2	168
Alienações/baixas	-	(15)	-	-	(15)
Saldo em 30.06.2024	2.911	6.683	3.651	5.085	18.330
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2023	(2.042)	(3.296)	(1.794)	(2.602)	(9.734)
Depreciação	(32)	(504)	(133)	(292)	(961)
Transferências/reclassificações	-	(1)	-	-	(1)
Alienações/baixas	-	15	-	-	15
Saldo em 30.06.2024	(2.074)	(3.786)	(1.927)	(2.894)	(10.681)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2023	865	3.240	1.857	2.481	8.443
Saldo em 30.06.2024	837	2.897	1.724	2.191	7.649
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2022	2.819	6.273	2.202	5.004	16.298
Adições	38	14	10	31	93
Transferências/reclassificações	-	-	1.320	-	1.320
Alienações/baixas	-	-	(49)	(1)	(50)
Saldo em 30.06.2023	2.857	6.287	3.483	5.034	17.661
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2022	(1.806)	(2.342)	(1.570)	(2.193)	(7.911)
Depreciação	(116)	(471)	(121)	(206)	(914)
Alienações/baixas	-	-	25	1	26
Saldo em 30.06.2023	(1.922)	(2.813)	(1.666)	(2.398)	(8.799)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2022	1.013	3.931	632	2.811	8.387
Saldo em 30.06.2023	935	3.474	1.817	2.636	8.862
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2023	2.604.459	9.888	-	2.614.347	132.545	2.746.892
Adições	86.591	951	-	87.542	40.658	128.200
Transferências/reclassificações (c)	16.871	-	-	16.871	(17.039)	(168)
Alienações/baixas	(140)	-	-	(140)	-	(140)
Saldo em 30.06.2024	2.707.781	10.839	-	2.718.620	156.164	2.874.784
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2023	(1.187.209)	(5.546)	-	(1.192.755)	-	(1.192.755)
Amortização	(97.097)	(907)	-	(98.004)	-	(98.004)
Transferências/reclassificações	1	-	-	1	-	1
Alienações/baixas	70	-	-	70	-	70
Amortização da redução ao valor recuperável (d)	17.492	-	-	17.492	-	17.492
Saldo em 30.06.2024	(1.266.743)	(6.453)	-	(1.273.196)	-	(1.273.196)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.417.250	4.342	-	1.421.592	132.545	1.554.137
Saldo em 30.06.2024	1.441.038	4.386	-	1.445.424	156.164	1.601.588
Taxas de amortização - a.a.	6%	20%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2022	2.377.679	8.755	8.000	2.394.434	74.827	2.469.261
Adições	90.660	1.035	10.933	102.628	50.120	152.748
Transferências/reclassificações (c)	5.213	-	-	5.213	(6.533)	(1.320)
Alienações/baixas	(5)	-	-	(5)	-	(5)
Saldo em 30.06.2023	2.473.547	9.790	18.933	2.502.270	118.414	2.620.684
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2022	(1.047.269)	(4.178)	-	(1.051.447)	-	(1.051.447)
Amortização	(84.012)	(470)	-	(84.482)	-	(84.482)
Alienações/baixas	2	-	-	2	-	2
Amortização da redução ao valor recuperável (d)	16.584	-	-	16.584	-	16.584
Saldo em 30.06.2023	(1.114.695)	(4.648)	-	(1.119.343)	-	(1.119.343)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2022	1.330.410	4.577	8.000	1.342.987	74.827	1.417.814
Saldo em 30.06.2023	1.358.852	5.142	18.933	1.382.927	118.414	1.501.341
Taxas de amortização - a.a.	6%	20%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

(c) Saldo referente a reclassificação de intangível para imobilizado.

(d) Amortização da recuperabilidade de ativos (*Impairment*).

No período findo em 30 de junho de 2024, a Sociedade complementou o montante de R\$6.304 (R\$5.512 em 30 de junho de 2023) o valor justo das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao principal das dívidas, em 2024 foi de 1,09% a.a. e em 2023 foi de 0,85% a.a., do total de juros provisionados no período, vide nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas

Teste de recuperabilidade de Ativos (Impairment)

A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o ano de 2023 de acordo com os requisitos o CPC 01. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2023 e concluiu pela necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis.

A pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro de um complemento da provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$16.656 em 31 de dezembro de 2023. Para o período findo em 30 de junho de 2024 a Sociedade avaliou e concluiu que não houve necessidade de complemento da provisão já reconhecida.

Após o registro da constituição da provisão para redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em qualquer premissa acarretará uma perda adicional.

12. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.06.2024	31.12.2023
9ª emissão - Série única	1.000.000	IPCA+6,38% a.a.	set-31	1.108.913	1.077.208
				1.108.913	1.077.208
			Custo de transação	(20.893)	(22.337)
			Total	1.088.020	1.054.871
			Circulante	16.543	15.719
			Não circulante	1.071.477	1.039.152
			Total	1.088.020	1.054.871

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	30.06.2024			30.06.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	18.623	1.058.585	1.077.208	13.260	1.007.199	1.020.459
Juros e variações monetárias provisionados	33.834	30.889	64.723	32.344	35.402	67.746
Pagamento de juros	(33.018)	-	(33.018)	(26.346)	-	(26.346)
Transferências	-	-	-	(309)	309	-
	19.439	1.089.474	1.108.913	18.949	1.042.910	1.061.859
Custo de transação	(2.896)	(17.997)	(20.893)	(2.904)	(16.447)	(19.351)
Saldo final	16.543	1.071.477	1.088.020	16.045	1.026.463	1.042.508

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
9ª emissão - Série única	14.09.2022	1.000.000	1.000	15.09.2022	1.000.000
		1.000.000			1.000.000

Em 30 de junho de 2024, as parcelas brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2025	22.417
2026	119.699
2027	136.768
2028	170.786
	1.089.474

Notas Explicativas

As debêntures da 9ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

As escrituras de emissão da 9ª emissão da Sociedade possuem as mesmas cláusulas restritivas do contrato com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Financiamentos. Sendo as principais elencadas abaixo:

- a. em qualquer trimestre, relação entre patrimônio líquido e ativo total da Emissora maior ou igual a 20% (vinte por cento) ("Relação PL/Ativo Total");
- b. a Sociedade deverá apresentar trimestralmente índice de alavancagem (Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado), de acordo com cada ano, menor ou igual a:

4,5	-	entre 2022-2023
4,0	-	em 2024
3,5	-	em 2025
3,0	-	em 2026
2,5	-	em 2027
2,0	-	entre 2028-2029
1,0	-	entre 2030-2031

Onde: (i) considera-se como "Dívida Líquida", a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas informações contábeis intermediárias auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora, considerar-se-ão como dívida; e (ii) considera-se como "EBITDA Ajustado", o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice;

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das informações contábeis intermediárias.

13. FORNECEDORES, ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2024 o saldo no passivo circulante de R\$39.045 (R\$48.045 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$15.909 (R\$14.770 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

O saldo de R\$13.785 (R\$15.035 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a adiantamentos a fornecedor registrado no ativo realizável a longo prazo como parte do contrato das obras de terceira faixa da Rodovia BR381/SP com a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. Embora os adiantamentos tenham sido realizados para aplicação em obras, devido a rescisão dos contratos, o adiantamento foi classificado como contas a receber uma vez que esse valor não se converterá em serviços prestados. Os referidos valores estão suportados por apólices de seguro garantia contratual e a Sociedade já acionou as garantias para reaver o adiantamento.

Notas Explicativas

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	30.06.2024			30.06.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	17.083	10.071	27.154	13.778	10.385	24.163
Remensurações	369	-	369	446	666	1.112
Adições	1.751	1.727	3.478	3.887	-	3.887
Utilizações (*)	(10.923)	-	(10.923)	(12.254)	-	(12.254)
Ajuste a valor presente - AVP	1.378	-	1.378	1.110	-	1.110
Transferências	8.120	(8.120)	-	3.166	(3.166)	-
	17.778	3.678	21.456	10.133	7.885	18.018

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2024, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$9.131 (R\$11.862 em 30 de junho de 2023).

Em 30 de junho de 2024, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2025	3.659
2026	16
2027	3
	3.678

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 30 de junho de 2024 são respectivamente R\$180 e R\$830 para PIS e Cofins (R\$169 e R\$778, respectivamente, em 30 de junho de 2023).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 30 de junho de 2024 a taxa média é de 9,82% a.a. (9,99% a.a. em 30 de junho de 2023). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES.

Para os períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos são conforme demonstradas abaixo:

	30.06.2024		30.06.2023	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Guinchos	-	-	-	132
Veículos operacionais	-	48	-	57
Imóveis	-	17	-	-
Outros	-	79	-	-
	-	144	-	189

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro.

Os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e as transações realizadas no resultado em 30 de junho de 2024 e 2023, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	30.06.2024	31.12.2023
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A.- controladora (b)	-	12
Fluminense S.A. (a)	-	252
Litoral Sul S.A. (a)	3	-
Contas a receber de partes relacionadas circulante	3	264
Total parte relacionada no ativo circulante	3	264
<u>Passivo circulante</u>	30.06.2024	31.12.2023
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	4.143	4.420
Fluminense S.A. (a)	76	-
Total do passivo circulante	4.219	4.420
<u>Passivo não circulante</u>	30.06.2024	31.12.2023
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	117.736	111.985
Total do passivo não circulante	117.736	111.985

	30.06.2024			30.06.2023		
Passivos Circulante e Não Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	111.985	111.985	-	302.104	302.104
Juros provisionados	-	6.766	6.766	-	21.628	21.628
IR recuperar	-	(1.015)	(1.015)	-	(3.244)	(3.244)
Saldo final	-	117.736	117.736	-	320.488	320.488

	Trimestre			
	30.06.2024		30.06.2023	
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Despesas financeiras (b)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Despesas financeiras (b)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>
Controladora				
Arteris S.A.	(3.379)	(3.864)	(10.823)	(3.442)
Outras partes relacionadas				
Planalto Sul S.A.	-	(186)	-	-
Total	(3.379)	(3.864)	(10.818)	(13.766)

	Período			
	30.06.2024		30.06.2023	
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Despesas financeiras (b)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Despesas financeiras (b)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>
Controladora				
Arteris S.A.	(6.766)	(6.676)	(21.628)	(13.761)
Outras partes relacionadas				
Fluminense S.A.	-	(118)	-	-
Litoral Sul S.A.	-	-	-	(5)
Total	(6.766)	(6.794)	(21.628)	(13.766)

(a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita das empresas do grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

Notas Explicativas

- (b) Decorrentes da 5ª emissão de debêntures privadas série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris para execução do plano de investimentos emitidas em 20 de maio de 2019. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do *spread* respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2028.
- (c) Refere-se a 5ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Fernão Dias para execução do plano de investimentos emitidas em 20 de maio de 2019. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do *spread* de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2028.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2024		31.12.2023	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.05.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	76.007	32.579	83.507	28.478
05.09.2022	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	1.650	-	-
			83.507	34.229	83.507	28.478

No decorrer do período findo de 30 de junho de 2024, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.930 (R\$1.668 em 30 de junho de 2023), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$297 (R\$606 em 30 de junho de 2023) relativos à diretoria da Sociedade e R\$1.633 (R\$1.062 em 30 de junho de 2023) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente. Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$814 para o ano de 2024 (R\$1.065 para o ano de 2023).

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.672 e R\$3.369.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

17. PROVISÕES

(a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023 é conforme segue:

	31.12.2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2024
Cíveis	2.069	2.769	(1.101)	(2.161)	39	1.615
Trabalhistas	2.445	1.735	(886)	(1.175)	-	2.119
Regulatório	3.509	-	-	-	-	3.509
Fiscal	152	-	-	(30)	6	128
Total	8.175	4.504	(1.987)	(3.366)	45	7.371

	31.12.2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2023
Cíveis	1.856	4.082	(3.001)	(1.206)	43	1.774
Trabalhistas	411	2.777	(996)	(579)	-	1.613
Regulatório	3.267	-	-	-	121	3.388
Fiscal	202	-	-	(26)	1	177
Total	5.736	6.859	(3.997)	(1.811)	165	6.952

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$3.509, e para 30 de junho de 2024 não houve novas provisões.

A Sociedade informa ainda que os processos regulatórios prováveis, possíveis e remotos são objeto de negociação de TAC de multas conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	30.06.2024	31.12.2023
Cíveis	11.521	10.263
Trabalhistas	1.221	411
Ambiental	445	432
Regulatório	13.395	10.218
Total	26.582	21.324

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

Os depósitos judiciais no montante de R\$18.174 em 30 de junho de 2024 (R\$17.708 em 31 de dezembro de 2023) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 6,22% a.a. em 30 de junho de 2024 (5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023), considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão, para rodovias federais temos ciclos de 4 anos.

(c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023 é conforme segue:

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2023	90.124	49.065	-	39.899	90.124	88.964
Adições/Reversões	-	3.674	(6.333)	8.655	(6.333)	12.329
Utilizações	(3)	(33.025)	-	-	(3)	(33.025)
Ajuste a valor presente	376	1.163	(2.914)	1.025	(2.538)	2.188
Transferências	(51.866)	14.663	51.866	(14.663)	-	-
Saldo em 30.06.2024	38.631	35.540	42.619	34.916	81.250	70.456

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2022	82.922	60.182	-	54.418	82.922	114.600
Adições/Reversões	-	2.506	6.875	5.066	6.875	7.572
Utilizações	-	(29.715)	-	-	-	(29.715)
Ajuste a valor presente	-	1.671	(2.426)	1.308	(2.426)	2.979
Transferências	(34.700)	19.921	34.700	(19.921)	-	-
Saldo em 30.06.2023	48.222	54.565	39.149	40.871	87.371	95.436

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2024 referente às manutenções realizadas foram de R\$33.122 (R\$28.660 em 30 de junho de 2023).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2024 é de R\$1.733.585 (R\$1.733.585 em 31 de dezembro de 2023), composto por 2.962.381.424 ações ordinárias e sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas informações contábeis intermediárias. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.06.2024		30.06.2023	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	132.969	258.773	118.080	230.788
Receita de serviços de construção	64.872	127.114	72.827	127.254
Outras receitas	5.242	10.371	5.145	10.241
Receita bruta	203.083	396.258	196.052	368.283
ISSQN	(6.649)	(12.939)	(5.904)	(11.540)
PIS	(898)	(1.749)	(801)	(1.566)
COFINS	(4.145)	(8.071)	(3.695)	(7.228)
Outras deduções	(43)	(95)	(57)	(106)
Receita líquida	191.348	373.404	185.595	347.843

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.06.2024		30.06.2023	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(10.232)	(19.818)	(9.305)	(19.084)
Serviços de terceiros	(8.348)	(16.393)	(7.558)	(15.384)
Conservação	(4.741)	(9.326)	(4.668)	(8.250)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(837)	(1.677)	(748)	(1.519)
Consumo	(1.401)	(2.965)	(1.361)	(2.502)
Transportes	(2.098)	(4.257)	(2.103)	(4.140)
Verba de fiscalização	(4.994)	(9.987)	(4.770)	(9.540)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(103)	(238)	(97)	(452)
Seguros / Garantias	(1.553)	(3.108)	(1.440)	(2.913)
Provisão de manutenção em rodovias	(6.371)	(12.329)	(7.146)	(7.572)
Custos de serviços da construção	(64.872)	(127.114)	(72.827)	(127.254)
Depreciação / Amortização	(45.670)	(90.130)	(39.509)	(77.789)
Outros	(255)	(732)	(255)	(621)
Total	(151.475)	(298.074)	(151.787)	(277.020)

	30.06.2024		30.06.2023	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(4.229)	(7.371)	(3.715)	(7.702)
Serviços de terceiros	(616)	(1.358)	(643)	(1.328)
Manutenção de bens e conservação	(571)	(936)	(542)	(949)
Consumo	(455)	(733)	(173)	(403)
Transportes	(34)	(37)	(69)	(45)
Seguros/Garantias	(8)	(10)	(2)	(4)
Provisão/reversão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(1.110)	(2.517)	(2.124)	(2.862)
Comunicação e marketing	(62)	(115)	(77)	(147)
Indenizações à terceiros	(5)	(21)	(3)	(3)
Publicações legais	(108)	(121)	(134)	(134)
Depreciação / Amortização	(446)	(885)	(208)	(457)
Perda estimada para créditos liquidação duvidosa-PECLD	26	(392)	(92)	(174)
Outros	(298)	(281)	(647)	(1.153)
Total	(7.916)	(14.777)	(8.429)	(15.361)

Notas Explicativas

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.06.2024		30.06.2023	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	13.469	27.897	18.569	38.207
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	4.571	(1.511)	-
Atualização de créditos fiscais	323	691	90	170
Outras receitas	-	46	-	-
Total	13.792	33.205	17.148	38.377
	30.06.2024		30.06.2023	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros (*)	(26.758)	(65.185)	(36.617)	(83.862)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(2.959)	(5.599)	(1.663)	(1.663)
Outras despesas	(1.103)	(2.056)	(1.135)	(2.200)
Total	(30.820)	(72.840)	(39.415)	(87.725)
	30.06.2024		30.06.2023	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Variação cambial líquida:				
Variação cambial	(6)	(6)	-	-
Total	(6)	(6)	-	-

(*) Do total dos juros de debêntures incorridos em 30 de junho de 2024 no valor de R\$71.489 o montante de R\$6.304 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração de fluxo de caixa de investimento (R\$67.746 e R\$5.512 em 30 de junho de 2023).

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalente de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.06.2024	30.06.2023
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (b)	128.200	152.748
Total das adições de imobilizado (a)	-	93
Juros capitalizados - debêntures	(6.304)	(5.512)
	121.896	147.329
Aquisição (adições)	(121.896)	(147.329)
Fornecedores	(12.889)	(23.986)
Obrigações fiscais	383	(86)
Contas a pagar - partes relacionadas	347	-
Cauções contratuais	1.014	1.515
Provisão para investimentos em rodovias	(6.336)	6.875
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(139.377)	(163.011)
Fluxo de Caixa Imobilizado	-	(93)
Fluxo de Caixa Intangível	(139.377)	(162.918)
Total dos Fluxos de Caixa de Imobilizado e Intangível	(139.377)	(163.011)

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:

Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção

(17.481) (15.682)

a) Vide nota explicativa nº 10.

b) Vide nota explicativa nº 11.

Notas Explicativas

23. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	30.06.2024		30.06.2023	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro líquido do período	15.406	21.831	4.102	8.234
Número de ações durante período	2.463.562	2.463.562	2.284.106	2.284.106
Lucro por ação	0,0063	0,0089	0,0018	0,0036

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	30.06.2024		31.12.2023	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	353.032	353.032	544.238	544.238
Aplicação financeira	Nível 2	1	168.057	168.057	3.261	3.261
Contas a receber clientes	Nível 2	2	34.540	34.540	31.209	31.209
Contas a receber partes relacionadas	Nível 2	2	3	3	264	264
Adiantamento de fornecedores	Nível 2	2	13.785	13.785	15.035	15.035
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	23.872	23.872	18.082	18.082
Outros créditos	Nível 2	2	5.693	5.693	4.994	4.994
			598.982	598.982	617.083	617.083
Passivo						
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	2	117.736	117.736	111.985	111.985
Contas a pagar partes relacionadas	Nível 2	2	4.219	4.219	4.420	4.420
Debêntures (a)	Nível 2	1	1.108.913	1.031.205	1.077.208	896.003
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	54.954	54.954	62.815	62.815
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.664	1.664	1.621	1.621
Outras contas a pagar	Nível 2	2	2.563	2.563	9.247	9.247
Arrendamento mercantil a pagar (b)	Nível 2	1	21.456	21.456	27.154	27.154
			1.311.505	1.233.797	1.294.450	1.113.245

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(a) Vide nota explicativa nº 12

(b) Não é escopo do CPC 48

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Notas Explicativas

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a mútuos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2024, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e 50% e redução de (-25%) nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de mútuos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases				
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	10,40%	13,00%	15,60%	7,80%
Receita de aplicações financeiras	2.588	3.235	3.881	1.941
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(13.544)	(16.636)	(19.728)	(10.453)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(10.956)	(13.401)	(15.847)	(8.512)
IPCA	4,00%	5,00%	6,00%	3,00%
Juros a incorrer - Debêntures	(115.774)	(127.349)	(138.924)	(104.199)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(115.774)	(127.349)	(138.924)	(104.199)
Juros a incorrer líquido	(126.730)	(140.750)	(154.771)	(112.711)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 01 de julho de 2024, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

Notas Explicativas

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 30 de junho de 2024 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$30.805 (R\$26.466 em 31 de dezembro de 2023) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures é monitorada para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (*)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	9,82%	21.456	26.414	3.584	17.016	5.793	21	-
Partes relacionadas	12,62%	117.736	117.736	-	-	-	117.736	-
Debêntures - IPCA	10,08%	1.108.913	1.507.328	70.453	119.533	175.867	444.404	697.071
Fornecedores e cauções contratuais		54.954	54.954	19.135	35.819	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas		4.219	4.219	4.219	-	-	-	-
Outras contas a pagar		2.563	2.563	2.563	-	-	-	-
		1.309.841	1.713.214	99.954	172.368	181.660	562.161	697.071

(*) Média ponderada efetiva % a.a.

Notas Explicativas

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2024, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	233.319

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de junho de 2024 é de R\$35.955 (R\$26.646 em 31 de dezembro de 2023).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Fernão Dias S.A.
Pouso Alegre - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. ٢٢٢

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado ("DVA") referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias – ITR da Sociedade. Para a formação da nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações contábeis está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 08 de agosto de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP293539/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2024.

Pouso Alegre, 09 de agosto de 2024

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Ricardo Luis da Silva - Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

André Giavina Bianchi - Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes Ltda., relativas ao período findo em 30 de junho de 2024.

Pouso Alegre, 09 de agosto de 2024

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Ricardo Luis da Silva - Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

André Giavina Bianchi - Diretor de Engenharia